Sumário

Prefácio
Pedro Calmon Filho 17

Apresentação
Osvaldo Agripino de Castro Junior
Cesar Luiz Pasold 23

PARTE I
DIREITO PORTUÁRIO

A configuração do Direito Portuário brasileiro: exercício de percepção jurídica e institucional
Cesar Luiz Pasold 37

Introdução 37
1 Função histórica e contemporânea dos portos 38
2 Importância do Direito Portuário 39
3 Conceito operacional para Direito Portuário brasileiro 40
4 Configuração do Direito Portuário brasileiro 42
4.1 Breve caracterização dos elementos de configuração: Elementos de Disciplinamento Jurídico, Elementos Institucionais Macro e Micro 42
4.2 Elementos de Disciplinamento Jurídico em percepção destacada 43
4.3 Elementos Macroinstitucionais em percepção destacada 51
4.4 Elementos Microinstitucionais em percepção destacada 60
Considerações finais 69
Referências 71

A importância do ISPS *Code* para a atividade portuária e sua influência nas regras de alfandegamento de Instalações Portuárias
Ricardo Moisés de Almeida Platchek 73

1 Introdução 73
2 Instalações Portuárias 74
3 ISPS *Code* 76
4 Das medidas de segurança no âmbito das instituições internacionais 80
5 ISPS *Code* (Resolução nº 2, de 12 de Dezembro de 2002) – parte A 84
5.1 ISPS *Code* (Resolução nº 2 de 12 de Dezembro de 2002) – parte B 88

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6 Alfandegamento de Instalações Portuárias no Brasil 91
7 Conclusão 95
Referências 96

A autoridade portuária brasileira

Wesley O. Collyer 99

Introdução 99
1 A Autoridade Portuária brasileira 100
2 O Conselho de Autoridade Portuária 106
3 O que dizem a lei e os estudiosos 110
Conclusão 113
Referências 114

A relevância do Órgão Gestor de Mão de Obra para a atividade portuária: uma análise do trabalhador portuário avulso

Miriam Ramoniga 117

Introdução 118
1 Desenvolvimento econômico e o Direito do Trabalho 118
1.1 O desenvolvimento econômico 119
1.2 O desenvolvimento econômico e a regulação do Direito Portuário, no Brasil 121
1.3 O desenvolvimento econômico e a regulação do transporte aquaviário 123
2 Direito do Trabalho em relação ao trabalho portuário avulso 125
2.1 Breves aspectos da evolução histórico-legislativa, no Brasil 126
2.1.1 Breves aspectos da evolução histórico-legislativa do trabalhador, no Brasil 126
2.1.2 Direitos e garantias legais dos trabalhadores avulsos 132
2.1.3 Criação do Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO) e do Grupo Executivo para Modernização dos Portos (GEMPO) 132
2.1.4 Centros de Treinamento Profissional e multifuncionalidade 134
2.1.5 Proteção ao trabalhador portuário e ao meio ambiente de trabalho 136
3 O trabalhador portuário 139
3.1 Trabalhador empregado 139
3.2 Trabalhador avulso 139
3.3 Trabalhador portuário 141
3.4 Trabalhador portuário avulso 142
3.5 Trabalhador portuário avulso cadastrado e registrado no OGMO 142
3.6 Modalidades de trabalhador portuário avulso 144
3.7 O trabalhador portuário avulso e as atribuições e competências do OGMO 145
3.7.1 Atribuições do OGMO 145
3.7.2 Competências do OGMO 148
3.7.3 Conceito operacional por tópico do OGMO 151
Considerações finais 152
Referências 153

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Terminais portuários de uso privativo misto e aplicação do Decreto nº 6.620/08
Gabriela Heckler 159

Introdução 159
1 Estrutura dos serviços portuários no Brasil 160
1.1 Terminais portuários 161
1.1.1 Terminal de uso privativo 162
1.2 Exploração dos serviços portuários no Brasil: aspectos constitucionais destacados 163
2 Terminais portuários de uso privativo misto e Resolução nº 517/05 da ANTAQ 168
2.1 Terminais privativos: previsão legal anterior ao Decreto nº 6.620/08 169
2.1.1 Terminais privativos mistos x arrendatários de portos públicos 171
2.1.2 ADPF nº 139 172
3 Decreto nº 6.620/08: terminais portuários de uso privativo misto e Plano Nacional de Outorgas 174
3.1 Decreto nº 6.620/2008: terminais privativos de uso misto 175
3.2 Plano Geral de Outorgas 178
3.2.1 Plano de Outorgas: determinações do Decreto nº 6.620/08 179
3.2.2 Plano Nacional de Outorgas: projeto publicado pela ANTAQ 179
Considerações finais 182
Referências 183

A Teoria Tridimensional do Direito como ferramenta aplicada à percepção jurídica da Lei Nacional dos Portos (nº 8.630, de 25.02.1993)
Cesar Luiz Pasold, Gisele Duro Zanini, Rafael Muniz, Rhamice Ibrahim Ali Ahmad Abdallah, Rudson Marcos 185

1 Introdução 186
2 A Teoria Tridimensional do Direito: brevíssimas considerações 186
3 A Teoria Tridimensional do Direito utilizada como instrumento de percepção jurídica 187
4 Fato: Teoria Tridimensional do Direito: ferramenta aplicada à Lei Nacional nº 8.630/93 188
4.1 O sistema portuário no Brasil antes da Lei Nacional nº 8.630/93 188
4.2 Origem e exposição de motivos da Lei Nacional nº 8.630/93 190
5 Valores 193
5.1 A Teoria Tridimensional do Direito 193
5.2 Dos valores existentes quando da edição da Lei nº 8.630/93 194
6 Norma 202
6.1 Destaques da Lei nº 8.630/93 202
6.2 A natureza e duas qualidades técnicas 202
6.3 A estrutura dos capítulos 203
6.4 Os conceitos legais 204
6.5 Dois destaques de conteúdo 206

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7 Considerações conclusivas para síntese e reflexão 206
Referências 208

Os portos brasileiros e seus gargalos frente às novas necessidades: especial referência à gestão ambiental

Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza 211

Introdução 211
1 Os portos brasileiros 212
1.1 Breves considerações 212
1.2 A reforma e modernização do setor portuário 213
1.3 Atividade portuária e o meio ambiente 219
1.4 Gestão ambiental portuária 225
2 Desafios da modernidade portuária 228
2.1 Especial referência ao modelo portuário espanhol 231
2.2 Medidas inovadoras na busca da sustentabilidade das atividades portuárias nas dimensões social, econômica e ambiental 234
Considerações finais 236
Referências 238

PARTE II

REGULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE PORTUÁRIA

Aspectos jurídicos destacados dos controles e elementos determinantes da regulação dos transportes aquaviários e portos nos Estados Unidos e Brasil

Osvaldo Agripino de Castro Junior 243

Introdução 244
1 Controles das agências reguladoras 245
1.1 Controle executivo 245
1.2 Controle legislativo 246
1.3 Controle judicial 253
1.4 Fiscalização pela indústria regulada 256
2 Análise comparativa da regulação dos transportes aquaviários e portos nos Estados Unidos e Brasil 257
2.1 Arcabouço jurídico 257
2.2 Competência 258
2.2.1 Regulação do *Common Carrier* 260
2.2.2 Regulação do operador de terminal marítimo 260
2.2.3 Regulação do *ocean freight forwarder* 261
2.2.4 Regulação do *Non-Vessel-Operating Common Carrier* (NVOCC) 261
2.2.5 Regulação do embarcador (*shipper*) 262
2.3 Direitos de propriedade e contratos 262

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.4 Clareza dos papéis da regulação e política pública 262
2.5 Facilidade de compreensão das decisões reguladoras 263
2.6 Previsibilidade e flexibilidade 263
2.7 Direitos do consumidor e obrigações 263
2.8 Proporcionalidade 264
2.9 Independência regulatória 264
2.10 Financiamento da ANTAQ 264
2.11 Prestação de contas (*accountability*) 265
2.12 Processo regulatório e transparência 266
2.13 Participação dos regulados 266
2.14 Recurso de apelação 267
2.15 Ética 268
2.16 Relação da ANTAQ com os Estados 269
2.17 Relação da ANTAQ com os Municípios 269
2.18 Regulação da ANTAQ e a defesa da concorrência 270
2.19 Desregulação do transporte aquaviário 270
2.20 Controle do tráfego aquaviário 270
2.21 Formação da diretoria da ANTAQ 271
2.22 Formulários relevantes 271
Considerações finais 271
Referências 272

Notas sobre a regulação e a intervenção do Estado
Paulo Márcio Cruz 275

Considerações Iniciais 275
1 Regulação estatal e autonomia contratual 276
2 A intervenção do Estado 279
3 A intervenção do Estado como teoria 280
4 O desenvolvimento da intervenção do Estado 282
5 A intervenção estatal e direito de prestação 288
6 O Direito de Propriedade e a intervenção e regulação estatal 290
7 Considerações finais 294
Referências 297

Estrutura institucional, privatização e regulação dos serviços portuários portugueses
Rui Cunha Marques, Álvaro Fonseca 301

Introdução 302
1 Enquadramento Institucional 305
1.1 Estrutura de mercado 305
1.2 Principais organismos 309
1.3 *Players* e participação do sector privado 312
2 O modelo de concessão em Portugal 313
2.1 Noção de concessão 313
2.2 O objecto da concessão 315

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.3 Prazo da concessão 317
2.4 Extinção do contrato de concessão 317
2.5 A concessão de serviços no sector portuário 318
3 Modelo regulatório dos serviços portuários portugueses 322
3.1 Regulação tripartida 322
3.2 Regulação económica 324
3.3 Regulação da qualidade de serviço 325
3.4 O futuro e principais recomendações 326
Considerações finais 330
Referências 331

Turismo náutico e atividade portuária: aspectos jurídicos destacados
Milene Correa Zerek Capraro 333

Introdução 334
1 Conceitos operacionais 335
1.1 Turismo 335
1.2 Transporte aquaviário 336
1.2.1 Regulação do transporte aquaviário 338
1.3 Turismo náutico 338
1.3.1 Conceito 338
1.3.2 Características do turismo náutico 339
1.3.2.1 Turismo fluvial 339
1.3.2.2 Turismo em represas 339
1.3.2.3 Turismo lacustre 340
1.3.2.4 Turismo marítimo 341
1.4 Embarcação náutica 341
1.5 Falha de governo e falha de mercado 343
2 Aspectos jurídicos do turismo náutico 343
2.1 Leis portuárias 343
2.2 Secretaria Especial de Portos 344
2.2.1 Atribuições e competências 344
2.2.2 Metas 345
2.3 Ministério dos Transportes 346
2.3.1 Histórico 346
2.3.2 Competências 346
2.4 Autoridade Portuária 347
2.4.1 CONIT 347
2.4.1.1 Histórico 347
2.4.1.2 Atribuições 348
2.4.1.3 Esfera de atuação 348
2.4.2 ANTAQ 348
2.4.2.1 Histórico 348
2.4.2.2 Atribuições 349
2.4.2.3 Esfera de atuação 349
2.4.2.4 Competências 350

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.5 Autoridade marítima 350
2.5.1 Norma da Autoridade Marítima. Diretoria de Portos e Costas: aspectos legais 351
2.5.1.1 Embarcações brasileiras que prestam serviços de turismo náutico 351
2.5.1.2 Embarcações estrangeiras que prestam serviços de turismo náutico 351
3 Aspectos jurídicos das instalações portuárias 353
3.1 Diretrizes do Decreto nº 6.620/2008 sobre as instalações portuárias 353
3.1.1 Histórico 353
3.2 Conceito de concessão, permissão e autorização 354
3.3 Instalações portuárias não operacionais 356
3.4 Perspectivas do turismo náutico segundo a ANTAQ 357
3.5 Características dos Terminais Turísticos 358
Considerações finais 359
Referências 363

O porto concentrador brasileiro: a importância desse modelo na atividade portuária nacional
Bruno Tussi, Fayana Rizzi Isotton 365
Introdução 365
1 Origem e conceito de porto concentrador 366
2 Requisitos para caracterização de porto concentrador 371
3 Exemplos de portos concentradores de carga 373
3.1 Porto de Cingapura 375
3.2 Porto de Rotterdam 377
3.3 Porto de Los Angeles 379
4 Análise dos portos brasileiros 381
4.1 Porto de Santos (SP) 383
4.2 Porto de Paranaguá (PR) 385
4.3 Porto de Rio Grande (RS) 387
4.4 Porto de Itaguaí (RJ) 390
4.5 Porto de Suape (PE) 392
Considerações finais 395
Referências 398

Limites e possibilidades do uso da parceria público-privada no transporte aquaviário e na atividade portuária
Osvaldo Agripino de Castro Junior, Luís Gustavo Fernandes 403
Introdução 403
1 Parceria público-privada e regulação: aspectos conceituais 404
1.1 Parceria público-privada (PPP) 404
1.2 Formas de parceria público-privada (PPP) 406
1.2.1 Concessão Patrocinada 407
1.2.2 Concessão Administrativa 408
1.3 A origem da PPP: o modelo britânico 410
1.4 Regulação 413

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2 PPP, transporte aquaviário e atividade portuária: principais características 414
2.1 Transporte aquaviário no Direito Comparado 415
2.2 PPP no transporte aquaviário brasileiro 415
2.3 Atividade portuária 416
2.4 PPP na atividade portuária norte-americana 417
2.5 PPP na atividade portuária da União Europeia 419
2.6 PPP na atividade portuária brasileira 419
3 Limites e possibilidades do uso da parceria público-privada no transporte aquaviário e na atividade portuária 422
3.1 O papel da ANTAQ 422
3.2 O papel da SEP 424
3.3 O papel do Ministério dos Transportes 425
3.4 O papel da iniciativa privada 427
Considerações finais 428
Referências 430

Contratos incompletos e infraestrutura: contratos administrativos, concessões de serviço público e PPPs
Marcos Nóbrega 433

1 Introdução 433
1.1 O modelo contratual clássico 434
2 Custos de transação 437
3 Modelo Agente-Principal 442
3.1 *Moral Hazard* 445
3.2 O princípio da revelação 446
4 Contratos de infraestrutura 448
5 Conclusão 453
Referências 453

COORDENADORES E COAUTORES DA OBRA 455

Índice de assuntos 459
Índice da legislação 469
Índice onomástico 473

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br